FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

EUNICE SANTANA DA SILVA FERNANDES

FORMAÇÃO CONTINUADA:
reflexões sobre uma experiência no campo de Chapadinha-MA

Chapadinha
2012

EUNICE SANTANA DA SILVA FERNANDES

FORMAÇÃO CONTINUADA:
reflexões sobre uma experiência no campo de Chapadinha-MA

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba, como requisito para obtenção de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador(a): Profª. Esp. Francinalda Araújo e Silva

Chapadinha
2012

Fernandes, Eunice Santana da Silva

Formação continuada: reflexões sobre uma experiência no campo de Chapadinha-MA /Eunice Santana da Silva Fernandes. – Chapadinha, 2012.

45f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Faculdade do Baixo Parnaíba, 2012.

1. Formação continuada 2. Educação do campo 3. Teoria e prática I. Título.

CDU 371.13(812.1)

EUNICE SANTANA DA SILVA FERNANDES

FORMAÇÃO CONTINUADA:
reflexões sobre uma experiência no campo de Chapadinha-MA

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba, como requisito para obtenção de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em ___/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª. Francinalda Araújo e Silva (orientadora)
Especialista em Docência do Ensino Superior
Faculdade do Baixo Parnaíba

_____
1º. Examinador

_____
2º. Examinador

Aos meus familiares pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela infinita oportunidade de refletir, pois através de cada uma aprendi a valorizar a vida e a viver com mais intensidade.

Agradeço também aos meus familiares, pais, esposo, filha, sogra e irmãs, que muito contribuíram e me deram total apoio durante toda essa caminhada tão árdua.

Aos meus professores (as) que me auxiliaram, incansavelmente nessa jornada difícil, mas também prazerosa, contribuindo então para o desenvolvimento de meus conhecimentos.

Em especial a profª Nony Braga por me proporcionar oportunidade em obter conhecimento científico no curso de Pedagogia.

A professora Francinalda Araújo e Silva que me orientou com carinho e paciência na construção da minha pesquisa.

“Ensinar não consiste em aplicar cegamente uma teoria, nem conformar-se com um modelo. É antes de mais nada resolver problemas, tomar decisões, agir em situações de incertezas e, muitas vezes de emergências”.

(Perrenoud)

LISTA DE GRÁFICOS

p.

Gráfico 1 - Escolaridade..... 29

Gráfico 2 - Anos de exercício no magistério? 30

Gráfico 3 - Você participa de cursos de formação continuada? 31

Gráfico 4 - Nas dificuldades cotidianas, você recebe apoio do: 31

Gráfico 5 - A periodicidade do planejamento:..... 32

Gráfico 6 - Principais dificuldades do trabalho com a educação do campo.. 32

RESUMO

Mediante o novo contexto social que exige mudanças de atitudes no cotidiano e novo saberes docente, esta pesquisa teve como objetivo, analisar a importância da formação continuada para o desenvolvimento do aprendizado contínuo do educador do campo. E ainda, ampliar informações teóricas e práticas quanto à aplicabilidade da formação continuada do educador do campo. Destaca-se que o processo de formação continuada se dá quando o educador assume uma dimensão, tanto participativa quanto investigativa para compreender melhor a construção dos saberes pedagógico. A proposta de estudo foi desenvolvida em uma escola localizada na zona rural do município de Chapadinha-MA através de pesquisa bibliográfica fundamentada nas contribuições de Arroyo, Cardart e Molina (2004), Bicudo (1999), Oliveira (2005), Pimenta (1996), entre outros. Para a pesquisa de campo foram aplicados questionários para educadores, gestor da escola e a coordenadora pedagógica. Portanto, diante dos resultados dessa pesquisa, pode-se concluir que a formação continuada pode trazer grandes benefícios, e apoio aos educadores na formação de sujeitos críticos perante a sociedade.

Palavras-chave: Formação continuada. Educação do campo. Teoria e prática.

ABSTRACT

Through the new social context that requires changes in attitudes and new knowledge in everyday teaching, this study aimed to analyze the importance of continuing education for the development of lifelong learning in the field educator. And yet, extend theoretical and practical information on the applicability of the continuing education of the educator's field. It is noteworthy that the process of continuous formation occurs when the educator assumes a dimension both participatory investigative as to better understand the construction of pedagogical knowledge. The proposed study was conducted in a school located in the rural municipality of Chapadinha-MA through a literature based on contributions from Arroyo, Cardart e Molina (2004), Bicudo (1999), Oliveira (2005), Pepper (1996), among others. For the field survey questionnaires were administered to teachers, school managers and educational coordinator. Therefore, before the results of this survey, we can conclude that continuing education can bring great benefits, and support for educators in the formation of critical towards society.

Keywords: Continuing education. Field education. Theory in practice.

SUMÁRIO

		p.
1	**INTRODUÇÃO**.....	10
2	**REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO**.....	12
2.1	**Falando da educação do campo**.....	13
2.2	**Pedagogia da alternância**.....	15
2.3	**Programa Escola Ativa**.....	16
2.4	**A formação de professores e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.....	19
2.4.1	A formação continuada dos professores da educação do campo.....	24
2.5	**Desafios atuais para a formação de professores**.....	25
2.6	**A função do educador do campo na formação do sujeito**.....	27
3	**CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DE PESQUISA**.....	28
3.1	**Pesquisa de campo**.....	28
3.2	**Metodologia**.....	28
3.3	**Análise e discussão**.....	29
3.3.1	Segmento de educadores.....	29
3.3.2	Segmento da gestão.....	33
4	**CONCLUSÃO**.....	37
	REFERÊNCIAS.....	39
	APÊNDICES.....	41
	ANEXO.....	45

1 INTRODUÇÃO

A escola é a instituição organizada para desenvolver e preparar as novas gerações, possibilitando a atualização histórica e cultural do homem. Dessa maneira, no seu Projeto Político Pedagógico, deve constar o objetivo de formação do cidadão para o exercício da cidadania. Nesse sentido, a prática escolar deve pautar-se na preparação dos educandos, nas capacidades de pensar e agir por si próprio, fazer escolhas e avaliar suas ações. A escola deve pensar na dimensão da sua missão de cidadania rumo ao processo formativo, valorizando, fatos, conceitos e atitudes de participação social no mundo do trabalho. Assim, o trabalho didático nas diferentes áreas deve permitir o aprofundamento de conhecimentos, para que o educando possa avançar na sua escolaridade. A concretização da ação docente se realiza no interior do espaço escolar, na interação entre sujeitos e grupos. Nesse contexto a formação dos profissionais deve constituir-se área de interesse social. Torna-se importante refletir que, para que se efetive a formação do educador faz-se necessário, o preparo técnico-pedagógico e humano como também, construir a concepção sobre os aspectos humanos nesse processo formativo.

Nesse sentido, o presente estudo objetiva analisar a importância da formação continuada para o desenvolvimento do aprendizado contínuo do educador do campo. E ainda, ampliar informações teóricas e práticas quanto à aplicabilidade da formação continuada do educador do campo.

Para alcançar os objetivos propostos, fez-se necessário uma análise sobre a formação continuada baseada nas contribuições de Arroyo, Cardart e Molina(2004), Gonçalves (2009), Leite (1999), Morin (2003), Bicudo (1999), Oliveira (2005), Pimenta (1996), entre outros que investigam essa temática.

Portanto, a proposta de estudo foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo realizada a partir da observação e da aplicação de questionários a 04(quatro) educadores, a gestora da escola, lócus da pesquisa, e a coordenadora pedagógica da educação do campo da Secretaria Municipal de Educação de Chapadinha-MA (SEMED), momento que responderam algumas indagações sobre o processo de formação continuada.

O estudo apresenta reflexões teórico-conceituais sobre a formação de educadores do campo. Desse modo, o trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. No primeiro consta a introdução, os objetivos, a metodologia e a

relevância do estudo do tema. No segundo, o foco é a fundamentação teórica, embasando a temática.

No terceiro, caracteriza-se o ambiente de pesquisa e apresenta-se a análise e discussão dos dados obtidos junto aos sujeitos pesquisados. E no quarto, as conclusões, que destacam a importância do estudo para a formação profissional, e apontam sugestões para a melhoria do processo de formação continuada de educadores da educação do campo.

Portanto, o estudo se propôs a investigar a questão da formação continuada do educador do campo, no sentido de conhecer a realidade e oferecer subsídios para o desenvolvimento de uma prática pedagógica identificada com as demandas de uma educação crítica e de qualidade no campo de Chapadinha-MA.

2 REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO

O processo educacional é mediatizado inicialmente pela família e posteriormente, também, pelas instituições de ensino. Historicamente, a educação é transmitida das gerações adultas, para as crianças, por meio das instituições, a partir de certos conceitos físicos, intelectuais e morais, e por meio do contexto social em que a criança está inserida. A transmissão da experiencia de uma geração para outra, se dá no interesse da continuidade de uma determinada sociedade.

Segundo Vieira (1994, p. 45),

> Os indivíduos vivem nos grupos pertencentes a certa sociedade, têm existencia social neles, ajudam ao mesmo tempo a conservar e a mudar a cultura desses e a mudar o modo de vida legado pelos antepassados. Ao se dizer que a sociedade produz cultura, está-se apontando o modo global de vida presente na sociedade, que acumula os traços à vida em seus grupos.

Dessa forma, é através do processo educacional que as normas, ao mesmo tempo em que são impostas, de fora, ao indivíduo, são por ele internalizadas e com isso reproduzidas e perpetuadas na sociedade. Sem essa modificação substancial da natureza do homem individual em ser social, a sociedade não seria possível.

A educação se torna assim um fator essencial e constitutivo da própria sociedade. Vieira (1994, p. 108) fala que “a educação e a escola encarrega-se de transmitir a cultura da sociedade, o seu modo de viver: pensar, sentir e agir. Atuam como meio de integração da sociedade, mas respeitando suas particularidades. Como ele diz, [...] Educação e escola são ao mesmo tempo, unas e múltiplas.”

Parsons (1964), vê na educação, em sua terminologia apresentada como "socialização" o mecanismo básico para a constituição de sistemas sociais e de manutenção e perpetuação dos mesmos em forma de sociedades. Sem a socialização, o sistema social é incapaz de manter-se integrado, preservar sua ordem, seu equilíbrio e conservar seus limites.

Dewey (1971) vê na educação, não um mecanismo de correção e ajustamento do indivíduo a estruturas societárias dadas, mas um fator de dinamização das estruturas, através do ato inovador do indivíduo. No processo educacional o indivíduo é habilitado a atuar no contexto societário em que vive, não simplesmente reproduzindo as experiências anteriores, transmitidas por gerações adultas, mas em vista de tais experiências, sua análise e avaliação crítica, esse

individuo se torna capaz de reorganizar seu comportamento e contribuir para a reestruturação e reorganização da sociedade moderna. Tanto os indivíduos como a sociedade são vistos num contexto dinâmico de constantes mudanças.

2.1 Falando da educação do campo

A educação do campo desde que foi iniciada sempre foi relegada em segundo plano no que se refere às políticas públicas. Consta na literatura sobre a temática que os antigos senhores donos de engenhos ou os grandes proprietários de terra para alfabetizar seus filhos, contratavam um professor que residia na propriedade. Nessa época, os alunos concluíam apenas o curso primário, depois se deslocavam para as grandes cidades, por que tinham poder aquisitivo, porém que eram agregados permanecia sem a continuidade de seus estudos.

No entanto, nos anos 1937 foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o objetivo de ampliar e preservar a cultura do homem do campo. A respeito da educação rural, Leite (1999, p. 28) referencia que:

> A sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de ruricolar deixou o campo em busca de áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.
> .

Após a segunda guerra mundial, ocorreram muitos avanços, foi criada a Comissão Brasileira Americana de Populações Rurais, numa perspectiva de interferir na política norte-americana no país. Nesse cenário, foram criadas também, as Missões Rurais e por volta dos anos 1940, foi estabelecida a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Aliada a essas medidas, em 1950, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural e o Serviço Social, com o objetivo de colocar uma equipe técnica para o desenvolvimento de projetos de educação de base, como também foram criados programas de melhoria da qualidade de vida do pessoal do campo.

Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 4.024/61, é estabelecido normas, onde a educação do campo ficará sob a responsabilidade dos municípios.

Observou-se que, com o intuito de melhorar a educação do campo nas décadas de 70 e 80, foram criados programas com o objetivo de atender as

particularidades das comunidades rurais, especificamente na erradicação do analfabetismo. Destacaram-se o Programa de Capacitação para Professores Leigos (EDURURAL) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos.

A LDBEN, 5.692/71, não traz mudanças para a educação do campo, que permaneceu em segundo plano, dependendo do poder municipal. No entanto, com a organização dos movimentos em defesa da terra, em 1990, foi realizado o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), numa articulação do Movimento e apoio da Universidade de Brasília e do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF).

É importante ressaltar que a Constituição de 1988, no Artigo 6º enfatiza o documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece: “São direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.” (BRASIL, 2012, p.13).

A LDB nº 9.394/96 traz significativas mudanças nos seus artigos 23, 26 e 28 nos quais estabelece as questões relacionadas à organização escolar e pedagógica. No entanto, a educação do campo ainda, sofre pela falta de investimento de políticas públicas para um ensino de qualidade.

O art. 28 da LDB nº 9.394/96 preconiza as normas para educação do campo.

> Na oferta básica para a população rural, os sistemas de ensino, proverão as adaptações necessárias à sua adequação, as peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas; III – Adequação à natureza do trabalho rural (BRASIL, 1996, p. 83).

Nesse sentido, a educação do campo não pode estar desvinculada do projeto de desenvolvimento no sentido de que esse desenvolvimento tenha como elemento principal o homem. Nesse propósito, é a educação do campo que deve possibilitar os debates na perspectiva de construção de experiências para transformar a realidade.

Destaca-se, ainda, que foi realizada em 2004, a II Semana Nacional de Cultura e Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), “Camponês não Jeca Tatu, mas está na verdade mergulhada numa

diversidade cultural riquíssima” (SOTERO, 2004). Percebe-se que houve avanços no debate sobre as questões de melhoria da educação do campo, no entanto, são necessários mais investimentos não só de infraestrutura como também, na formação continuada dos professores.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo estabelecem que:

> A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerente a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na maioria coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia, disponível nas sociedades e nos Movimentos em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002, p. 37).

Portanto, na sociedade contemporânea marcada por constantes transformações a educação deve adequar-se a essas mudanças, pensar um novo formato. Em se tratando de educação do campo, propõe-se uma mudança de paradigma, para inclusão de o novo fazer pedagógico, por meio de transformações na prática pedagógica, no sentido de conviver com a diversidade para a melhoria da qualidade do ensino do campo.

Na realidade, é no campo que se produz os alimentos que são consumidos nas cidades, por isso, o trabalhador deve estar satisfeito no seu espaço e quando não dispõe de educação para os filhos há tendência ao êxodo.

2.2 Pedagogia da alternância

A Pedagogia da Alternância surge como rompimento de paradigma à hegemonia neoliberal presente na educação brasileira. Nesse entendimento, a proposta de alternância implica no processo de ensino e de aprendizagem que se concretiza em espaços e territórios diferenciados.

Dessa maneira, a alternância implica no revezamento dos educandos, que geralmente passam 15 dias na escola e os outros quinze na propriedade rural. Esse formato de educação foi criado por camponeses na França nos anos 1930 e que chegou ao Brasil em 1969. Permaneceu durante três décadas, tornando-se opção para comunidades rurais. Nesse período, foram criadas escolas agrícolas,

dando oportunidade para que os jovens residentes na zona rural, concluíssem os seus estudos sem sair do seu habitat.

Na concepção da Pedagogia da Alternância, a equipe administrativo-pedagógica é composta por técnicos em Agronomia, os quais recebem uma formação específica para trabalhar com a educação rural. No entanto, o projeto faz exigências para o seu funcionamento. Para isso, é necessário que cada escola disponha de área para plantio e para criação de animais e um espaço para dormitório.

2.3 Programa Escola Ativa

O Programa Escola Ativa, foi oficialmente implantado no Brasil, em 2009, com o objetivo de dar o suporte as salas multisseriadas, possibilitando assim a melhoria da qualidade do ensino do campo. No início, esta ligada ao Projeto do Ministério da Educação, sendo assumido pelo Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA) e recentemente o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE).

Segundo o guia para formação de educadores da Escola Ativa,,

> Escola ativa é uma proposta metodológica voltada para a gestão de classes multisseriadas, que combina, em sala de aula, uma série de elementos e instrumentos de caráter pedagógico/administrativo, cuja implementação objetiva aumentar a qualidade do ensino oferecido naquelas classes.(BRASIL, 2006, p.48)

Sabe-se que o ensino rural diferencia-se das características do ensino da cidade, considerando que os professores da zona rural, além da falta de qualificação, recebem baixos salários, desenvolvem suas atividades em condições inferiores, faltam recursos didáticos, transporte e até moradia. Dessa maneira, fica difícil melhorar a qualidade do ensino e estimular a permanência dos educandos.

Nessa perspectiva, faz-se necessário implementar ações de fortalecimento da escola por meio de parcerias com os municípios, no sentido de assegurar o planejamento estratégico, o qual obedece a parâmetros pautados, na racionalização, eficácia e eficiência da gestão do trabalho escolar.

Nesse propósito, o Programa Escola Ativa, traz uma proposta de aprendizagem ativa, centrada no educando e em sua realidade social. Nessa concepção, o educador é um facilitador e estimulador do processo. Assim, a

aprendizagem ocorre de forma cooperativa e a gestão da escola é democrática e participativa.

O programa Escola Ativa trabalha com recursos pedagógicos próprios como: guias de aprendizagem, cantinhos de aprendizagem, biblioteca escolar, governo escolar e promoção flexível.

- Guias de aprendizagem – refere-se ao conjunto de módulos sequenciados de trabalho para educadores e educandos, os quais são divididos por áreas: matemática, ciências naturais, ciências sociais e linguagem. São auto-instrutivos.(BRASIL, 2010) A esse respeito Gonçalves (2009, p. 32) fala que “nas salas multisseriadas isto significa melhores possibilidades de aprendizagem aos alunos e de dedicação do educador àqueles com dificuldades em desenvolver as atividades propostas.”

- Cantinho de aprendizagem – trata-se do espaço organizado por conteúdos com materiais confeccionados pelos educandos com a ajuda do educador, ou ainda doados pela própria comunidade (BRASIL, 2010).

- Organização escolar – esta ação é realizada pelo governo escolar, com o objetivo de envolver os educandos nas atividades relacionadas à manutenção e funcionamento da escola, sensibilizando-os para o coletivo, preservação do ambiente, para o companheirismo e para solidariedade (BRASIL, 2010). Nessa perspectiva, Gonçalves (2009, p. 32) diz que “com isso, pretende-se também estimular e identificar lideranças, fazendo com que as crianças sejam capazes de tomar decisões por meio democráticos como a eleição”.

- Promoção Flexível – a avaliação de todo o processo de ensinar e aprender possibilita aos discípulos evoluírem de guia conforme o seu desenvolvimento e independente do ano letivo(BRASIL, 2010).

Nessa concepção, está inserida a formação permanente do professor, o ensino é ministrado através de módulos e livros didáticos específicos. Nesse sentido,

> Ofertar as escolas multisseriadas uma metodologia adequada e com custos mais baixos do que a nucleação, atender o aluno em sua comunidade [...]; promover a equidade; reduzir as taxas de evasão e de repetência nas escolas multisseriadas; corrigir a distorção idade/serie dos alunos; promover a participação dos pais nos aspectos pedagógicos e administrativos da escola; melhorar a qualidade do ensino fundamental – 1ª. a 4ª. Serie – ofertados nessas escolas. (FUNDESCOLA, 2005, p. 44)

Nessa perspectiva, o educador que exerce a função de mediador do processo de ensino e de aprendizagem, de maneira ativa e reflexiva contribui para aumentar a autoestima do educando. Portanto, cabe ao educador, ao planejar suas aulas, adequar os conteúdos à realidade especifica de seu educando e ainda estimular a participação dos pais e da comunidade.

As salas multisseriadas, são aquelas onde os educandos em diferentes níveis de aprendizagem encontram-se na mesma sala, ou seja, o professor trabalha com diferentes séries no mesmo espaço. Nesse caso, o educador trabalha mais, pois exige uma ação voltada para cada aluno e cada dificuldade. Sendo assim, os sistemas devem orientar e acompanhar melhor a ação pedagógica, considerando as dificuldades que esse profissional enfrenta no seu cotidiano.

Outra proposta voltada para a educação do campo foi a nucleação com o objetivo de facilitar o processo de ensinar e aprender, e a contribuição que o educador recebe para a prática docente em participar das formações continuadas.

No entanto, Vasconcelos (1993, p. 66) destaca que:

> Embora o processo de nucleação estivesse alcançando seu objetivo de reduzir o número de escolas multisseriadas, ele não foi unanimemente aprovado, a população diretamente afetada tinha dificuldade em entrar em um acordo de onde seria a nova escola nucleada, visto que as pequenas escolas unidocentes estavam perto da moradia e trabalho dos pais, além da desconfiança quanto à qualidade do ensino oferecido pela nova escola e as condições de segurança do transporte utilizado para o deslocamento dos alunos.

A citação mostra que a nucleação pode não ser a melhor opção para a educação do campo, vez que e apenas um educador para séries diferentes, mas considerando que as salas multisseriadas mesmo com suas dificuldades continuam sendo um modelo que permite aos trabalhadores rurais melhor acompanhamento do processo de aprendizagem dos seus filhos além da proximidade da escola e de suas residências.

2.4 A formação de professores e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Na história da educação sempre se verificou um refletir e analisar com caminhos percorridos na formação do educador, com vista à descoberta de novas e melhores formas de ensino, em especial no que se refere à formação do profissional

da educação básica. Leis foram elaboradas, seminários, estudos, debates, entre outros, que conduziram as mudanças nesse sentido.

A escola ou instituição encarregada do preparo desses profissionais devem se preocupar em preparar melhor cada educador, oferecendo-lhes oportunidades para que se desenvolvam de acordo com as potencialidades, por meio de um conjunto de atividades diversas que compreendam a educação em seu todo e viabilizem todas as etapas de preparo do futuro educador.

São necessárias, pois, novos referenciais que atendam às exigências práticas e teóricas da educação e, considerando o contexto estabeleçam princípios para uma ação concreta dos educadores sobre a sociedade.

A formação do educador assume uma dimensão, tanto participativa quanto investigativa, a qual se dá por meio do diálogo com a própria ação, da discussão dos resultados, da interlocução questionadora e do compartilhamento de experiências teóricas e práticas que só a vivência integradora pode incorporar.

Para compreender melhor a construção dos saberes pedagógicos, construídos ao longo do curso de Pedagogia, partiu-se de uma visão empírica, onde se buscou embasamento teórico, o qual é relatado a seguir.

A formação de educadores, (Curso de Magistério ou Escolas Normais) teve seu inicio no ano de 1835. Destinado à formação de educadores e planejado para atender às necessidades da escola elementar, serviu também, como opção ocupacional socialmente aceita a incorporação da mulher ao mercado de trabalho.

Inicialmente, o curso normal, era destinado à classe dominante, preparava senhoritas de boas famílias para reproduzir no seu exercício profissional o modelo de sociedade da qual faziam parte.

Com o desenvolvimento de grupos organizados, principalmente entidades classistas, a questão da educação e formação dos educadores passou a ser cada vez mais discutida. A cada dia são elaboradas novas propostas pedagógicas sempre com o mesmo objetivo de bem qualificar os profissionais para uma ação de qualidade. No momento atual, vive-se uma nova mudança na educação, com a LDB nº. 9.394/96.

O crescimento populacional exigiu mão de obra qualificada para atender à demanda da classe estudantil em idade escolar. As autoridades resolveram, então em 1946, modificar as leis que regiam o ensino, unificado o ensino normal (até então cada estado da federação tinha leis próprias) e criou a Lei Orgânica desse ensino

por meio do Decreto Nº. 8530/46. Segundo Pimenta (1996, p. 26), essa lei preconiza que:

> O ensino normal, que passa a ter ciclos. O primeiro é curso de regentes do ensino primário e nível secundário em quatro anos. O ensino normal passa a compreender ainda o curso de especialização para professores primários já formados e curso de habilitação para administradores do grau primário.

Posteriormente, movimentos, estudos, manifestações, crescimento industrial, demonstram a necessidades de uma reforma em todo sistema educacional. A falta de trabalhadores especializados para o mercado impulsionou a criação de novas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº. 5.692/71 e a Lei Nº 4.024/61, que modificou o ensino normal e o transformou em uma das habilitações profissionais do 2º. Grau.

Diz o texto da citada lei, artigo 22, referindo-se a formação em nível de 2º. Grau. O ensino de 2º. Grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação. Referindo-se ao Magistério, poderá ter duração de três anos. Habilitados para lecionar de 1ª a 4ª série do 1º Grau, poderá ainda, ter quatro anos de duração, podendo seus egressos lecionar até a 6ª serie. (BRASIL, 1971).

Com o crescimento de grupos organizados, principalmente entidades classistas, a questão da educação e formação de educadores passou a ser cada vez mais discutida. A cada dia se elaboram novas propostas pedagógicas sempre com o mesmo objetivo de bem qualificar os profissionais para uma ação de qualidade.

Atualmente, vive-se uma nova mudança na educação e consequentemente com a formação de educadores. A implantação da LDB nº. 9.394/96, no seu artigo 62 estabelece que,

> A formação de docentes para atuar na educação básica, far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em Universidade e Institutos Superiores de Educação, admitida a formação mínima para o exercício do Magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRANDÃO, 2010, p. 141.)

É notória a preocupação com a formação de educadores, por parte dos governantes, estudiosos no assunto, pois, é o educador quem atua na prática escolar, possibilitando mudanças ou inovações, por meio da educação.

É necessário, o fortalecimento desses cursos de formação de educadores, para, que se possam aceitar os excluídos do processo. Assim, capacitar educadores, tendo em vista oferecer um ensino criativo, capaz de produzir

um novo homem, uma nova sociedade, uma nova realidade histórica e uma nova visão de mundo, que incorporada ao educador e o impulsione a ser cidadão critico e reflexivo diante da sociedade.

Diante disso, é exigido do educador, promover o desenvolvimento e a aprendizagem de seu aluno, na dimensão social, cultural, emocional, motora, tendo em vista uma formação global. As tarefas executadas pelo educador tornam-se complexas e demandam conhecimentos específicos e preparo em tecnologias. Para Oliveira, (2005, p. 13): “docência constitui um campo especifico de intervenção profissional na prática social”.

Portanto, é o educador quem atua na prática escolar, é através de sua ação que se constroem as possibilidades de mudanças e inovações.

Percebeu-se que existe a necessidade de uma nova concepção de formação que valorize a prática docente, enfocando a análise e reflexão do educador, pois, o educador formador, necessita focar na sua prática, haja vista que, o educando aprende pela prática de seus educadores.

Sabe-se que a função da escola é formar cidadãos críticos, aptos a exercerem a cidadania, porém, a prática educativa desenvolvida está mais voltada para teoria, deixando uma lacuna na questão da prática. A escola, para exercer seu ato de cidadania, deve aproximar-se da realidade, para isso, é necessário que esta viabilize projetos, ações que envolvam todos da comunidade educativa, para aproximar a família no exercício da cidadania.

Conforme preconiza a Constituição Federal, a educação é direito de todos, sem distinção de raça ou credo. Por isso, a educação oferecida às crianças e jovens deve ser democrática e participativa. (BRASIL, 2012).

A sociedade vive momentos de transformações em todos os setores e a educação, sofre no sentido de adaptar-se a essas mudanças. A escola absorve diferentes culturas, seres humanos dotados de todos os tipos de dificuldades.

A escola deve possibilitar ao educando acesso e permanência, como também se adequar as necessidades da vida desses educandos. Manter espaço de participação dos atores do processo. A realidade mostra uma escola distante da realidade do educando, sem compromisso, não levando em conta sua história e o contexto em que estão inseridos.

Morin (2003, p. 91) diz que “É preciso que se preparem os educandos para enfrentar o mundo de incertezas no qual a humanidade navega”.

A escola como espaço organizado para a transmissão do saber, não considerou as diferenças como também, não levou em conta um dos pilares da educação e da pedagogia contemporânea, que é aprender a viver juntos. Santos e Ferreiro (apud TREVISAN;SANTOS, 2004, p. 4) defendem o seguinte posicionamento a esse respeito:

> As crianças não aprendem porque vêem os outros ler e escrever e sim porque tentam compreender que classe de atividade é essa. As crianças não aprendem apenas por terem lápis e papel à disposição, e sim porque buscam compreender o que é que se pode obter com esses instrumentos. Em resumo: não aprendem simplesmente porque vêem e escutam, e sim porque elaboram o recebem, porque trabalham cognitivamente com o que o meio lhe oferece.

A escola pode e deve se fazer presente, contribuindo para a promoção de cada indivíduo, para que o sentido pleno da cidadania se estabeleça. Com isso, a escola cumpre sua função, pois, educando e educadores adquirem autonomia, criticidade, responsabilidade e organização, para que a comunidade sinta-se mais integrada no processo.

Sabe-se que as crianças da escola do campo são colocadas no espaço escolar e na sua maioria são filhos de família desestruturada, financeiramente, e analfabetas, sem oportunidades ou condições favoráveis, sem acesso a bens culturais, e nem acompanhamento por parte dos pais, que também, não assumiram o compromisso com a escola, para a correção das falhas constatadas. São estes os resultados de uma sociedade que não considera a maioria dos menos favorecidos.

Observa-se que, a escola apenas os colocou num espaço, não percebendo ou envolvendo as crianças em seu contexto, no aprender a fazer, a ser e nem mesmo a viver juntos.

Embora, as crianças permaneçam na escola, com frequência regular, não significa que estes estão inseridos no mesmo sistema. As desigualdades entre as pessoas são gritantes, falta o estar junto com o outro para se ajudarem mutuamente, para cooperar com o outro.

> A formação profissional de professores deve assegurar, portanto, a aquisição de conhecimentos sobre o desenvolvimento humano e a forma como cada cultura caracteriza as diferentes faixas etárias. É necessário que os professores tenham instrumentos para conhecer e compreender as características culturais dos alunos. As relações entre professor e aluno são de grande importância para a aprendizagem. (BICUDO, 1999, p. 35).

Para o sujeito aprender, é necessário que se respeite o desenvolvimento do indivíduo, pois, a aprendizagem ocorre num processo de colaboração entre educador e educando. Se considerar que, a aprendizagem se processa por interação social entre o grupo, apropriando-se dos saberes, construído no processo de troca, nesse caso, o educando não foi integrado, nem na escola, como também no grupo. Daí a necessidade de construir uma escola diferente para atender aos diferentes, tendo em vista a igualdade.

A escola democrática e participativa é aquela que conduz o indivíduo a participar, viver junto, porém, esse ato cotidiano é um desafio, pois são ações que exigem que a escola inove, programe ações integradoras com todos os segmentos participantes, envolvendo órgãos, instituições, organizações, por meio de parceria e um novo trabalho.

É dever da escola, promover uma educação universal, que provoque a motivação para aprender, por isso, esta precisa ser aberta, acessível para todos articular o saber com a comunidade, num relacionamento que promova o desenvolvimento pleno do educando como pessoa, cidadã, trabalhadora.

Significa que, este é o lugar que prepara para a vida e que educa o perfil do futuro cidadão. Assim, estará construindo a escola que cumpre a sua função de ensinar, de aprender a aprender. O espaço, onde existe a motivação, estimula o pensar. Educadores e gestores que saibam ouvir, falar, sentir. Enfim, uma escola que priorize a relação voltada para socialização e o dinamismo.

A LDB 9.394/96, no seu artigo 62º trata da formação de educadores para atuar na educação básica.

> § 1º. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime e colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº. 12.056, de 2009.)
> § 2º. A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação à distância. (Incluído pela Lei nº. 12.056, de 2009.) (BRANDÃO, 2010, p. 138)

Portanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, confirma a importância da formação continuada para os educadores, colocando inclusive ferramentas para facilitar essa formação.

2.4.1 A formação continuada dos professores da educação do campo

O estudo da questão da formação continuada da educação do campo está intrínseco ao processo de melhoria das práticas didáticas desenvolvidas pelos educadores no seu cotidiano escolar. Na realidade, a formação inicial do educador não prepara para compreender e trabalhar com a identidade do campo. Diante disso, a formação deve ser específica e oferecer subsídios teórico-metodológicos para o suporte na mediação do conhecimento e assim, criar alternativas para superar as dificuldades da sua prática pedagógica, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos educandos, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por questões relacionadas a qualidade de vida coletiva no país.

A educação do campo possui características próprias de cada realidade. Diante disso, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Básica (CEB), através da Resolução CNE/CEB, 1, de 3 de abril de 2002, instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Consta no Parágrafo único: “a identidade da escola do campo é defendida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade.”(BRASIL, 2002)

Nessa perspectiva, em novembro de 2010, por ocasião da realização do encontro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), os movimentos sindicais sociais, representantes do Governo, conseguiram aprovar o Decreto Nº. 7.352, de 04 de novembro de 2010, no qual são estabelecidas políticas de educação do campo. Consta no Art. 2º. Inciso III que trata do desenvolvimento de políticas de formação de profissionais do campo considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo.

O parágrafo 2º do citado artigo preconiza que:

> § 2º A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação profissional, de acordo com a metodologia adequada, inclusive a Pedagogia da Alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da educação do campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.(BRASIL, 2002)

A citação mostra um avanço no que se refere à formação do educador do campo. No entanto, a realidade é diferente, na maioria dos municípios brasileiros os

educadores do campo não recebem formação adequada e ainda, trabalham em condições precárias. Por isso, é importante que esses profissionais recebam uma formação inicial e continuada indissociada da realidade das escolas do campo.

É importante ressaltar que em 06 de agosto de 2009, foi alterado o Artigo 61 de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através da Lei nº. 12.014, que estabelece um novo formato de formação na graduação.

> Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades do exercício de suas atividades, bem como os objetivos das diferentes etapas e modalidade da educação básica, terá como fundamentos:
> I – A presença de solida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
> II – A associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
> III – O aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e em outras atividades.(BRANDÃO, 2010, p. 139)

Portanto, as reflexões, os estudos da literatura sobre a temática, possibilitaram o entendimento de que a formação continuada de educadores do campo é um direito público e dever do Estado em ofertá-la de acordo com a realidade e diversidade da educação do campo. Diante disso, a formação continuada deve potencializar as condições para que os educadores da educação básica do campo se concretizem com a transformação da realidade.

2.5 Desafios atuais para a formação de professores

A formação do educador assume uma dimensão tanto participativa quanto investigativa, a qual se dá por meio do diálogo com a própria ação, da discussão dos próprios resultados, da interlocução questionadora e do compartilhamento de experiências teórico-práticas que só a vivência integradora pode incorporar, pois, a função do educador é criar, estruturar e dinamizar situações de aprendizagem e estimular a aprendizagem e a autoconfiança nas capacidades individuais para aprender. São competências que os educadores de hoje precisam desenvolver.

A concretização da ação docente se realiza no interior do espaço escolar, na interação entre sujeitos e grupos. As formações dos profissionais que atuam constituem área de interesse social. Severino, (2001, p. 141) diz o seguinte a esse respeito: “A característica essencial do trabalho do educador é promover a

educabilidade, ou seja, eles próprios tornam-se construtores e transformadores de sua individualidade e da sociedade".

Torna-se importante refletir que, para que se efetive a formação do educador é necessário, o preparo técnico, como também, construir a concepção sobre os aspectos humanos, nesse processo formativo do educador para transmitir no cotidiano escolar.

A proposição de ação coletiva requer do educador a conscientização da construção e reconstrução do conhecimento e de sua aplicabilidade na ação humana, pois, cada educando é único, possui identidade própria originada de seu grupo social.

Diante disso, é exigido do educador, promover o desenvolvimento e a aprendizagem de seu educando, na dimensão social, cultural, emocional, motora, tendo em vista uma formação global. As tarefas executadas pelo educador tornam-se complexas e demandam conhecimentos específicos e preparo em tecnologias. Para Oliveira, (2005, p. 13): "docência constitui um campo especifico de intervenção profissional na prática social".

É o educador quem atua na prática escolar e, é através de sua ação que se constroem as possibilidades de mudanças e inovações.

Percebe-se que existe a necessidade de uma mudança de paradigma, para uma nova concepção de formação que valorize a prática docente, enfocando a análise e reflexão do educador. Pois, o educador é formador, por isso, necessita focar na sua prática, haja vista que, o educando aprende pela prática de seus educadores.

Sabe-se que a função da escola é formar cidadãos críticos, aptos a exercerem a cidadania, porém, a prática educativa desenvolvida está voltada só para teoria, deixando uma lacuna na questão da prática. A escola para exercer seu ato de cidadania, deve aproximar-se da realidade, para isso, é necessário que ela viabilize projetos e ações que envolvam todos da comunidade educativa, para aproximar a família do exercício da cidadania. De acordo com os dados coletados a maior dificuldade em trabalhar educação do campo é a falta de participação da família e de um orientador constante na escola.

2.6 A função do educador do campo na formação do educando

A prática pedagógica é uma atividade que requer além da competência as habilidades para enfrentar os desafios do cotidiano escolar. O educador que exerce a profissão na educação do campo desconhece a realidade desse público isso prejudica o processo de ensinar e aprender.

Nesse contexto, está inserido, o legado cultural próprio, política, valores, significações, ideologias, dessa maneira a prática pedagógica deve estar articulada a esses significados, considerando as peculiaridades dos trabalhadores rurais. A esse respeito, Arroyo, Cardart e Molina (2004, p. 32), fala que essa prática, “[...] produz uma identidade que primeira é política, mas que se torna também cultural à medida que recupera raízes recria relações e tradições, cultiva valores, inventa e retrabalha símbolos que demonstram os novos laços sociais e assim faz história”.

As transformações efetivadas na sociedade da informação adicionaram prática à profissão do educador, no que se referem à formação, tendo em vista o mercado de trabalho competitivo e os recursos tecnológicos. Nesse aspecto, faz-se necessário melhor preparo dos profissionais mediadores do conhecimento no espaço sala de aula. Nessa perspectiva, torna-se pertinente, novos formatos de currículo dos cursos de formação de educadores e aliado a isso, o redimensionamento do papel e da participação social.

Nesse cenário, o educador é concebido como eixo central no processo de melhorias qualitativas exigidas pela sociedade capitalista. Diante das determinações expressas pela legislação educacional em vigor, que estabelece uma formação ampla e contínua que se estende no decorrer do exercício docente, considerando como medida a favor da melhoria da qualidade do ensino. Para que tenha um ensino de qualidade, o educador precisa usufruir dos momentos de formação continuada oferecida.

3 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA

3.1 Pesquisa de campo

O município de Chapadinha foi elevado à categoria de cidade pelo Decreto Lei nº 45 de 29 de março de 1938. Está localizado no estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil, na mesorregião do Leste Maranhense e na microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense. Está situado a 250 km da capital é banhado pelos rios Iguará, Preto e Munim.

A escola, lócus de estudo desta pesquisa, está localizada no Pólo I, na zona rural do município, a 36 km da cidade de Chapadinha em uma comunidade habitada por 29 famílias. Foi criada pela Lei Municipal nº. 485 de 03 de outubro de 1979 com o objetivo de atender a demanda ali existente. A estrutura física compõe-se de duas salas de aula, uma cantina e um banheiro, é toda de alvenaria, mas precisa ser melhorada.

A instituição funciona nos turnos matutino e vespertino, oferece educação infantil e ensino fundamental de 1º ao 9º ano em turmas multisseriadas. Atendia a uma matrícula inicial de 108 educandos, entretanto, no período em que se realizou a coleta de dados encontravam-se frequentando as aulas apenas 88 educandos.

A equipe administrativo-pedagógica é composta por cinco educadores, uma gestora que acumula a função de educadora, um coordenador pedagógico que visita a escola mensalmente e dois auxiliares de serviços gerais.

Possui Projeto Político Pedagógico (PPP), que tem como objetivo direcionar as ações da escola foi elaborado coletivamente com a participação da comunidade escolar. Possui ainda, Conselho Escolar formado pelo Gestor da Escola (Presidente), um representante de professores, um representante de pais/responsáveis e um representante da comunidade. O PPP da escola não faz referência à formação continuada dos educadores.

3.2 Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado um estudo bibliográfico a partir de textos que deram sustentação teórica às discussões sobre a temática. Para a pesquisa de campo optou-se pela aplicação de questionários junto aos

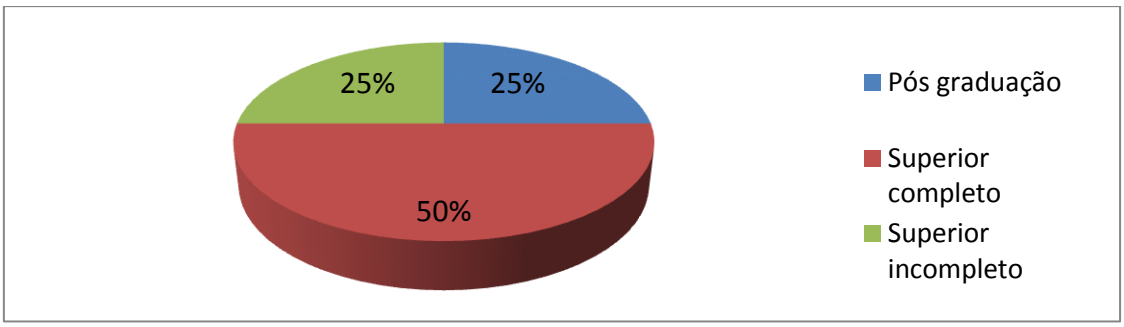
educadores, a gestora da escola e a coordenadora pedagógica da educação do campo da Secretaria Municipal de Educação de Chapadinha (SEMED). Ressalta-se que o coordenador do Pólo não participou da pesquisa por que no período da coleta de dados encontrava-se afastado para tratamento de saúde. A coleta foi realizada com 04 (quatro) educadores de um total de 06(seis), tendo em vista que a gestora por acumular a função de educadora e de gestora respondeu como gestora e a outra é a pesquisadora responsável pelo estudo.

3.3 Análise e discussão

No decorrer do estudo foram surgindo muitas indagações sobre a problemática abordada que será discutida a partir da análise dos dados coletados e do referencial teórico estudado. Para o segmento dos educadores foi aplicado um questionário com 06 questões com perguntas abertas e fechadas, a seguir apresentadas.

3.3.1 Segmento de educadores

Gráfico 1 - Escolaridade



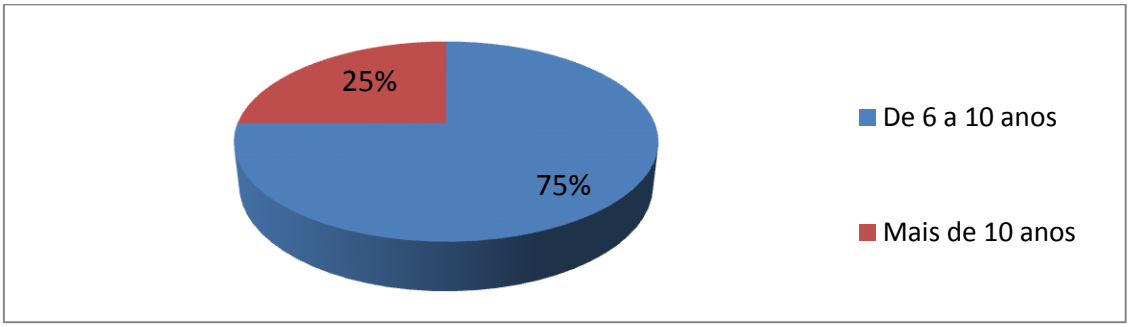
Analisando a formação dos educadores, observou-se que 25% dos entrevistados possuem curso de pós-graduação, 50% superior completo e 25% curso superior incompleto. O resultado mostra um compromisso dos professores com a sua formação profissional o que pode refletir na melhoria da qualidade do ensino. Como se pode notar o corpo docente da escola atende as exigências legais previstas no Art. 62 da LDB nº 9.394/96, no que diz respeito à formação de docentes para atuar na educação básica.

Brandão (2010, p. 141) diz que modalidade normal oferecida no nível médio,

> [...] far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Portanto, os dados revelam que os educadores da escola em questão possuem a qualificação exigida para atender as necessidades dos educandos.

Gráfico 2 - Anos de exercício no magistério

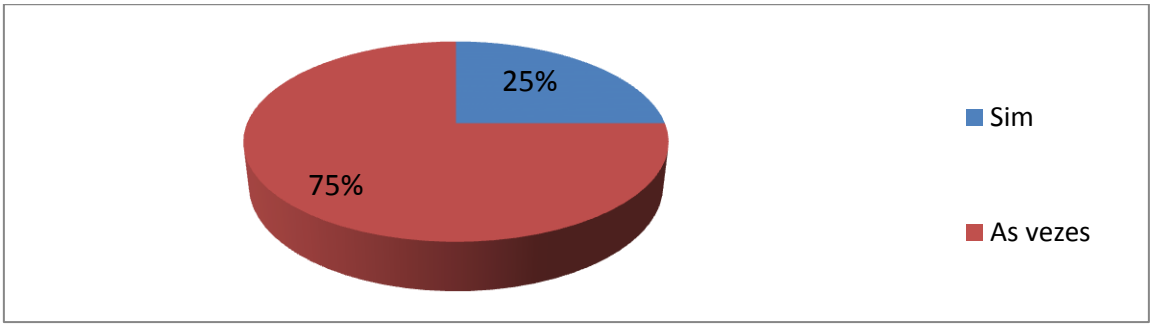


Quando se indagou sobre os anos de exercício no magistério, 25% dos pesquisados, o que equivale a um professor, possui mais de 10 anos de experiência, e 75%, ou seja, 03 educadores possuem de seis a dez anos. Os dados mostram uma equipe de educadores com vasta experiência, fator que pode contribuir para um ensino de qualidade. A esse respeito Pimenta (2003, p. 43) diz o seguinte:

> O saber pedagógico é o saber que o professor constrói no cotidiano de seu trabalho e que fundamenta sua ação docente, ou seja, é o saber que possibilita ao educador interagir com seus educandos, na sala de aula, no contexto da escola onde atua. A prática docente é simultaneamente, expressão desse saber pedagógico construído e fonte de seu desenvolvimento.

Nesse sentido a experiência profissional possibilita ao educador refletir sobre sua prática docente, o que aliado ao conhecimento próprio acumulado favorece ao educador ter clareza no que se refere ao conhecimento escolar necessário e adequado à realidade social do educando.

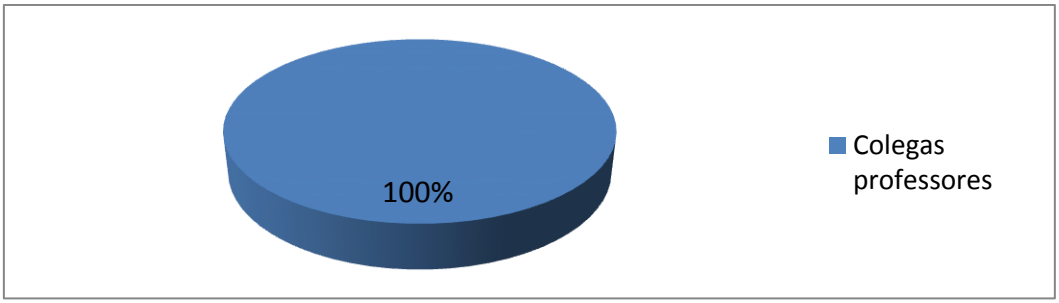
Gráfico 3 - Você participa de cursos de formação continuada?



O exercício da docência requer habilidades e formação, não só inicial como também, continuada. Nesse quesito, dos educadores entrevistados, 25% responderam que participam da formação continuada oferecida pela SEMED e 75% responderam que às vezes participam e alegam que geralmente essa oportunidade é oferecida, principalmente, no início de cada semestre letivo, com palestras debates e trocas de experiências.

Entretanto, faz-se necessário destacar que a formação continuada não se restringe às ações oferecidas pela SEMED, e considerando as informações adquiridas em conversas informais no período da coleta, na escola faz parte, também, da formação continuada as reuniões na oportunidade da visita do coordenador pedagógico realizada mensalmente, dando apoio ao trabalho dos educadores a partir das dificuldades por eles apontadas.

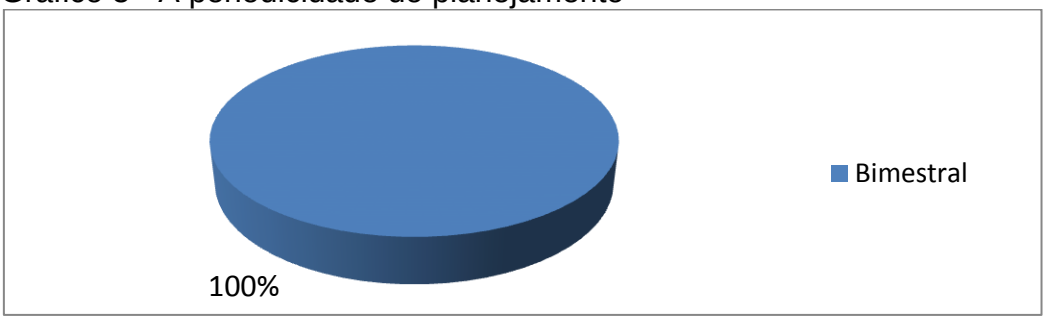
Gráfico 4 - Nas dificuldades cotidianas, você recebe apoio de quem



Frente aos desafios que emergem no cotidiano da escola indagou-se ainda, de quem os educadores recebem apoio. Na opinião de 100% dos entrevistados, esse suporte é oferecido pelos próprios colegas, pois devido os encontros com o coordenador para realizar o planejamento das atividades serem bimestrais, embora mensalmente o coordenador realize visita à escola, os educadores reúnem-se para discutir os problemas apontados e tirar as dúvidas

coletivamente. Isso demonstra o compromisso com a melhoria de sua formação e consequentemente com a aprendizagem dos educandos.

Gráfico 5 - A periodicidade do planejamento



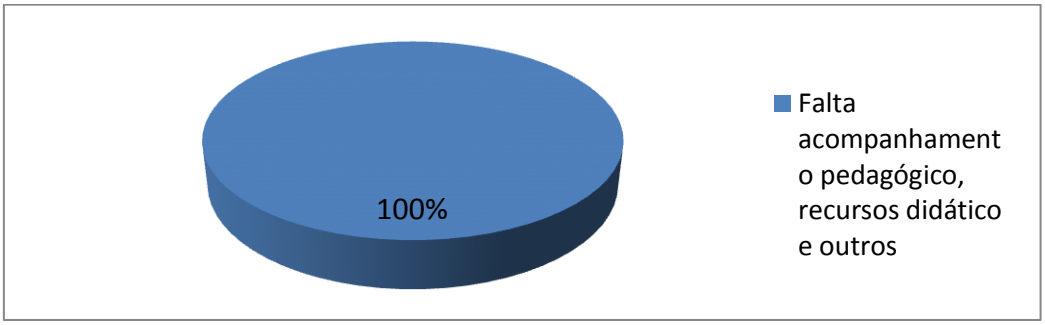
No quesito periodicidade de realização do planejamento, 100% dos entrevistados responderam que ocorre bimestralmente. O resultado mostra que as questões relacionadas ao espaço de sala de aula e as sugestões são discutidas a cada dois meses, com reuniões no Pólo para estudo com o coordenador, o gestor e os educadores, que após reunirem-se abordam as dificuldades, e o aproveitamento em sala de aula.

Nesse sentido destaca Lelis (2011, p. 88)

> Esse coletivo, contudo, deve ser entendido no sentido mais amplo dos movimentos da categoria, como no sentido da escola enquanto lócus por excelência do trabalho pedagógico. Chamo a atenção para esse aspecto, porque é a escola o espaço que possibilita o encontro sistemático de seus membros para a discussão e reflexão dos problemas e dificuldades que cada um enfrenta no seu cotidiano.

Destaca-se, portanto, a importância da interação na discussão das possibilidades apontadas pelos sujeitos (gestora, coordenador e educadores) demonstrando assim um trabalho democrático e participativo.

Gráfico 6 - Principais dificuldades do trabalho com a educação do campo



Foi solicitado aos educadores que citassem as principais dificuldades do trabalho com a educação do campo, entre outras, apontaram a composição das turmas, a falta de participação da família no acompanhamento dos filhos, falta de profissional especializado em turmas multisseriadas para a orientação pedagógica e ausência de recursos didáticos.

Considerando os dados apresentados nessa questão observa-se que as dificuldades apontadas pelos educadores deveriam fazer parte da pauta de discussão dos encontros de formação continuada. Entretanto, a falta de participação efetiva no processo de formação continuada, aqui compreendida como os encontros oferecidos pela SEMED no início de cada semestre, bem como, nas reuniões de Pólo, evidenciada na fala de 75% dos educadores na questão 03, podem reforçar as dificuldades que os educadores encontram na superação dos problemas existentes na sala de aula.

3.3.2 Segmento da gestão

Neste segmento participaram da pesquisa a gestora da escola e a coordenadora pedagógica da educação do campo da SEMED.

Quando se perguntou a gestora sobre qual a sua concepção de Formação Continuada, ela respondeu: *“A formação continuada defende a necessidade de se valorizar enquanto profissional e de ser portador da inovação de conhecimento pedagógico. De acordo com a formação continuada ela é considerada uma das fontes de saber mais eficaz para o trabalho pedagógico dentro e fora do âmbito escolar.”*

Reforçando a discussão proposta neste trabalho acerca da importância da formação continuada, observa-se que a gestora considera a formação continuada o meio mais eficaz para proporcionar melhorias na prática pedagógica do educador.

Por outro lado, quando perguntou à coordenadora pedagógica da educação do campo Qual a concepção de Formação Continuada que orienta as ações da SEMED, respondeu: *“A concepção de formação continuada é formada pela ideia de formação permanente, constante e pelo conceito de desenvolvimento profissional, visando um processo contínuo e permanente de desenvolvimento dos educadores.”*

Como se pode notar a resposta da coordenadora expressa a concepção de formação continuada enquanto processo permanente, o que segundo o Art. 61 da LDB/1996, que trata, entre outras coisas, da “capacitação em serviço”, deve está assegurada na carga horária de trabalho do educador. Entretanto, observa-se que na 3ª questão direcionadas aos educadores para saber se participam de cursos de formação continuada à maioria respondeu que somente às vezes participam o que remete a pensar que falta compromisso do educador como a sua formação, ou recursos que estimule o educador a trabalhar atualidade em sala de aula.

Em sequência perguntou-se à gestora se a Formação Continuada está contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola, como vem sendo oferecida e com qual periodicidade. Diz a gestora: *“Vale ressaltar que o Projeto Político Pedagógico da escola está sempre em consonância com a formação docente e vem sendo oferecido como instrumento norteador para o desenvolvimento da escola como um todo. E de acordo com o regimento escolar é revisto a cada dois anos.”*

Entretanto, cabe ressaltar, que na análise realizada no PPP da escola não foi encontrada nenhuma proposta de formação continuada reforçando a ideia de que somente são realizadas as ações de iniciativa da SEMED, que acontecem no início de cada semestre, bimestralmente realizada pelo coordenador junto com as escolas do Pólo e nas visitas mensais à escola.

Cabe ressaltar que o Art. 12 da LDB nº 9.394/96 no seu inciso I concede à escola o dever de “elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRANDÃO, 2010, p. 52), o que possibilita inserir no PPP da escola uma proposta de formação continuada em serviço voltada para o atendimento às necessidades dos educadores.

Indagou-se, também a coordenadora sobre esse quesito referente à proposta da SEMED, no que respondeu: *“Sim, a proposta pedagógica da SEMED, oferece Formação Continuada com temas atuais que contribuem para os docentes refletirem sobre a prática pedagógica e os projetos educativos das escolas, visando a transformação da ação pedagógica”.*

Deste modo, ressalta-se que a resposta da coordenadora não contemplou a questão de como e com qual periodicidade a formação continuada vem sendo oferecida.

As perguntas seguintes foram feitas à gestora e à coordenadora.

Perguntou-se: No seu ponto de vista, a Formação Continuada pode provocar mudanças na prática do educador em sala de aula? A Gestora respondeu: *“Levando em consideração a formação continuada com certeza é de grande eficácia ao trabalho docente e a implementação do desenvolvimento do educador nas práticas e na formação dos educandos.”* Por sua vez a coordenadora respondeu: *“Os educadores/as, muitas vezes, desconhecem o contexto, a história, a cultura do campo e de seus povos. Nesse sentido, coloca-se como fundamental possibilitar aos educadores/as e demais integrantes das equipes pedagógicas que trabalham com os sujeitos do campo, conhecer e refletir de forma aprofundada sobre a história e a cultura camponesa. Diante deste contexto as Formações Continuadas provocam sim muitas mudanças na sua prática em sala de aula.”*

De acordo com as resposta obtidas observa-se que ambas reconhecem a importância da formação continuada para os educadores da escola do campo considerando a especificidade da realidade local.

Cabe, portanto, a SEMED garantir a formação continuada dos educadores, e demais profissional da educação de forma adequada e de modo a complementar à formação inicial valorizando as experiências anteriores, conforme preconiza e legislação educacional vigente.

Quando perguntadas sobre Quais são as principais dificuldades apontadas pelos educadores para participarem da Formação Continuada, a Gestora respondeu: *“Uma das principais causas apontadas é o tempo de duração e a disponibilidade de carga horária, a deficiência de recursos e materiais didáticos.”* Contrapondo-se ao que diz a gestora, a Coordenadora respondeu que *“Voltada para as Formações Continuadas em Educação do Campo não tem dificuldade para apontar, pois as formações trabalhadas tiveram 99% de professores/as frequentes, possibilitando o intercâmbio de saberes mais amplo entre educadores/as.”*

Observa-se que, embora a coordenadora assegure não existir dificuldades para trabalhar a formação continuada em educação do campo, os dados apontam outra realidade, vez que os educadores, e também, a gestora da escola afirmam que são muitas as dificuldades como tempo de duração, disponibilidade de carga horária, deficiência de recursos e materiais didáticos para serem utilizadas nas aulas.

Portanto, os dados mostram certa contradição na posição assumida por cada um dos segmentos participantes desta pesquisa.

Porém, vez que a formação continuada para o educador do campo é direito garantido e dever dos municípios oferecer. Cabe ao educador reivindicar seus direitos, buscar conhecer a proposta pedagógica e o projeto político pedagógico da escola, para que essa formação seja aplicada na prática de acordo com a necessidade do educando.

4 CONCLUSÃO

As transformações ocorridas na era da comunicação exigem um novo pensar em educação, que diferencia do paradigma existente, pois, é necessário pensar a educação como prática social, onde seus atores possam construir seu projeto de vida. Para que isso aconteça à participação do educador é essencial.

O educador, neste contexto, precisa pensar uma nova concepção de comunicação, no processo de interlocução com o outro, pensar as relações estabelecidas, no social, educando, educador, compreensão, relação de troca, dialógica que permite interagir e juntos construírem novos significados.

O presente estudo objetivou analisar a importância da formação continuada de educadores do campo. Quando a escola no seu Projeto Político Pedagógico pretende dar suporte ao aperfeiçoamento da formação continuada dos educandos.

Diante dos objetivos e reflexões, o estudo permitiu compreender que a proposta de formação continuada do educador do campo, deve ser articulada com os valores e significados da demanda. Dessa maneira, deve ser ampla em consonância com as exigências legais e que leve em consideração os saberes e experiências historicamente construídos de acordo com a contribuição da formação continuada.

A escola deve garantir as condições necessárias de formação de jovens e crianças, possibilitando-os para o exercício dos seus direitos de cidadania e preparando-os para assumir os desafios que a sociedade impõe. Nessa perspectiva, torna-se pertinente que a escola coloque a disposição dos educadores, uma formação específica, para que no espaço pedagógico, sejam capazes de respeitar a identidade, o contexto e o cotidiano dessa demanda. Por outro lado, cabe ressaltar que os educadores devem assumir com mais responsabilidade sua qualificação profissional.

Portanto, os educadores ao planejar seus conteúdos, devem incluir o saber da vida para sala de aula, valorizando o que os educandos já sabem, ao propor atividades que sejam coletivas, com o foco na socialização do saber. Propor atividades para implementar as ações de formações continuadas.

O resultado do estudo teórico e da pesquisa de campo mostra um comprometimento dos educadores com a formação inicial, faltando à escola buscar

parcerias para disponibilizar a formação continuada e a presença de um especialista mais frequente, para o acompanhamento das dificuldades cotidianas que dê o suporte necessário à aprendizagem dos educadores.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CARDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis,RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei No. 5692/71. Brasil, 1971.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei No. 9394/96. Brasil, 1996.

_____. Decreto no. 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.** MEC/SECAD. CNE/CEB, nº. 1. de 3 de abril de 2002.

_____. Ministério da Educação. **Projeto Base**. 2 ed. Brasília: MEC, 2010.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo:** Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. 4. ed. São Paulo: Avercamp, 2010.

BICUDO, Maria Aparecida. (org**.) Formação do educador e avaliação educacional**. São Paulo: UNESP, 1999.

DEWEY, John: **Vida e educação**. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 197.

FUNDESCOLA**.** Fundo de Desenvolvimento da Educação**. Capacitação de professores**. Brasília: MEC, 2005.

_____. **Escola Ativa**: orientações para supervisão municipal. Brasília: MEC, 2006.

GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho. **Programa Escola Ativa**: educação do campo e trabalho docente. Rio de Janeiro: 2009. Tese (Doutorado em Políticas Públicas. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

LEITE, Sergio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LELIS, Isabel. A relação teoria-prática na formação educacional. In. CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 21. ed. Petrópolis, RJ, vozes, 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2003.

OLIVEIRA, Zilda Ramos de. **Educação infantil:** fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PARSONS, Talcott: **The social system**: the free press of glencoe, Londres, 1964.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividades docente**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SEVERINO, A. J. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho D'água, 2001.

SOTERO, Ana Maria. **II Semana Nacional de Cultura e Reforma Agrária do MST**. CIDADE, em Novembro de 2004.

TREVISAN, Rosi Mary Soares; SANTOS, Tânia Brandt. **Fundamentos psicopedagógicos da comunicação**. Curitiba: Ibpex, 2004.

VASCONCELOS, Eduardo A. Agrupamento de Escolas rurais: alternativa para o impasse rural? **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: n, 86, ago., 1993.

VIEIRA, Adriane**. A qualidade de vida no trabalho e controle da qualidade total**. Florianópolis: Insular, 1994.

APÊNDICES

APENDICE A - Instrumento de pesquisa de campo aplicado aos educadores

01. Escolaridade

a) ( ) Magistério (Nível Médio)

b) ( ) Superior Incompleto

c) ( ) Superior Completo

d) ( ) Pós-graduação

02. Anos de exercício no magistério?

a) ( ) 01 a 05 anos

b) ( ) 06 a 10 anos

c ( ) + de 11 anos

03. Você participa de cursos de formação continuada?

a) ( ) Sim

b) ( ) Não

c) ( ) Às vezes

04. Nas dificuldades cotidianas, você recebe apoio do:

a) ( ) Coordenador Pedagógico

b) ( ) Gestor

c) ( ) Colegas professores

05. A periodicidade do planejamento:

a) ( ) Semanal

b) ( ) Quinzenal

c) ( ) Mensal

d) ( ) Bimestral

06. Cite as principais dificuldades do trabalho com a educação do campo:

_____

_____

APÊNDICE B – Questionário direcionado a Coordenadora

1. Qual a concepção de Formação Continuada que orienta as ações da SEMED?

_____
_____
_____
_____

2. A Formação Continuada está contemplada na Proposta Pedagógica da SEMED? Como vem sendo oferecida? Com qual periodicidade?

_____
_____
_____
_____

3. No seu ponto de vista, a Formação Continuada pode provocar mudanças na prática do educador em sala de aula?

_____
_____
_____
_____

4. Quais são as principais dificuldades apontadas pelos educadores para participarem da Formação Continuada?

_____
_____
_____
_____

APÊNDICE C – Questionário direcionado a gestora

1. Qual é a sua concepção de Formação Continuada?

_____
_____
_____
_____

2. A Formação Continuada está contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola (PPP)? Como vem sendo oferecida? Com qual periodicidade?

_____
_____
_____
_____

3. No seu ponto de vista, a Formação Continuada pode provocar mudanças na prática do educador em sala de aula?

_____
_____
_____
_____

4. Quais são as principais dificuldades apontadas pelos educadores para participarem da Formação Continuada?

_____
_____
_____
_____

ANEXO A - O perfil do docente ideal

1. Domina os conteúdos curriculares das disciplinas.
2. Tem consciência das características de desenvolvimento dos alunos.
3. Conhece as didáticas das disciplinas.
4. Domina as diretrizes curriculares das disciplinas.
5. Organiza os objetivos e conteúdos de maneira coerente com o currículo, o desenvolvimento dos estudantes e seu nível de aprendizagem.
6. Seleciona recursos de acordo com os objetivos de aprendizagem e as características de seus alunos.
7. Escolhe estratégias de avaliação coerentes com os objetivos de aprendizagem.
8. Estabelece um clima favorável para a aprendizagem.
9. Manifesta altas expectativas em relação às possibilidades de aprendizagem de todos.
10. Institui e mantém normas de convivência em sala
11. Demonstra e promove atitudes e comportamentos positivos.
12. Comunica-se efetivamente com os pais de alunos.
13. Aplica estratégias de ensino desafiante.
14. Utiliza métodos e procedimentos que promovem o desenvolvimento do pensamento autônomo.
15. Otimiza o tempo disponível para o ensino.
16. Avalia e monitora a compreensão dos conteúdos.
17. Busca aprimorar seu trabalho constantemente com base na reflexão sistemática, na auto-avaliação e no estudo.
18. Trabalha em equipe
19. Possui informação atualizada sobre as responsabilidades de sua profissão.
20. Conhece o sistema educacional e as políticas vigentes.

Fonte: Referenciais para o Exame Nacional de Ingresso na carreira docente – Documento para consulta pública, MEC/INEP.